

| MOEDA DE TROCA |

Jackson diz que Deso pode ser negociada com Governo Federal

Como o SINDISAN já havia denunciado em seu boletim, o Governo de Sergipe está sim negociando a DESO com o Governo Federal dentro do processo de renegociação de dívidas do Estado. As negociações estão paralisadas por conta do afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Em entrevista ao SETV 1ª edição, Jackson respondeu a questionamentos sobre uma possível privatização da Deso e também do Banese. O governador respondeu que não existe possibilidade de passar os órgãos do Estado para empresas privadas. “Nunca existiu, nem existe intenção de privatizar”, disse.

Mas em relação à Deso, o governador afirmou que houve uma conversa com a equipe da presidência da República sobre um projeto de passar a Companhia para o comando do Governo Federal. Contudo, o projeto foi adiado com a mudança de governo.

“A Deso estava servindo a um processo de discussão com o Governo Federal, dentro do processo de renegociação das dívidas dos estados. Ou seja, não é vender a Deso a nenhuma empresa privada. Seria um instrumento de

negociação com o Governo Federal”, disse o governador.

Questionado sobre a possibilidade da retomada dessa negociação, Jackson Barreto colocou que a mudança de governo interferiu nos planejamentos. “Mudou de governo, não sabemos como vai ficar”, informou o governador.

Ou seja, não tem nada definido sobre o futuro da Companhia de Saneamento de Sergipe. É bom lembrar que desde os anos 90 o SINDISAN alerta sobre o risco de privatização da DESO e luta com a categoria para que isso não venha a acontecer. É bom que fiquemos todos mobilizados e com as barbas de molho.



▲ Abriu o jogo: governador assumiu que DESO estava sendo negociada por dívida do Estado

Cuidado! Governo interino quer retirar seus direitos!

A proposta que o governo interino do PMDB tenta impor como o apoio de todas as federações das indústrias – os mesmos que, quando demitem, demitem em massa e, quando arrocham os salários dos trabalhadores, arrocham pra valer – é impor uma reforma trabalhista onde o negociado se sobreponha sobre o legislado, ou seja, querem acelerar o ritmo para tentar empurrar goela abaixo dos trabalhadores a redução de direitos.

O pato da Fiesp que enfeitou a Avenida Paulista nos meses do impeachment tem o apoio da burguesia e agora mostra para que veio: fazer com que, mais uma vez, que pague a

conta da crise sejam os trabalhadores.

Esse governo interino, que tenta se mostrar como “novo”, é mais do mesmo, pois nada mais é do que a junção dos partidos atolados em corrupção e os representantes da burguesia que quer acelerar a retirada de direitos e os poucos avanços que se teve nos últimos anos, além de piorar ainda mais as condições de vida e de trabalho do conjunto da classe trabalhadora. E isto é só o começo.

Na França e na Bélgica, as greves e as passeatas se espalham e aumenta nas ruas a luta contra os pacotes de austeridade dos governos, que também tentam uma reforma traba-

lhista com o objetivo de aumentar a jornada de trabalho, reduzir salários e direitos, piorando as condições de vida dos trabalhadores.

Lá e aqui, o caminho é um só: organizar e ampliar a luta em cada local de trabalho contra os ataques dos patrões e de seus governos.

A hora de avançar na luta contra os ataques a direitos duramente conquistados pelos trabalhadores é agora! Acordem, trabalhadores da Deso, Cohidro e SAAEs. Vamos defender os nossos empregos e as nossas conquistas! Não à privatização das nossas companhias e autarquias. Essa luta é de todos! **(Leia mais na pág. 3)**

| ARTIGO |

Pobre paga a conta do rico

■ Frei Betto

Um dos equívocos dos governos do PT foi implementar uma política neodesenvolvimentista que nem sequer pode ser qualificada de pós-neoliberal. Enquanto o orçamento do Bolsa Família para este ano é de R\$ 28 bilhões, e o déficit primário do governo chega a R\$ 120 bilhões, o “bolsa empresário” é de R\$ 270 bilhões – quase dez vezes superior. Pai severo com os pobres, o governo atuou como mãe supergenerosa com os ricos. Nem assim o PT logrou aplacar o ódio de classe contra o partido.

A fortuna do “bolsa empresário” é o resultado da soma de subsídios, desonerações e regimes tributários diferenciados para portos, indústrias químicas, agronegócio, empresas de petróleo e fabricantes de equipamentos de energia eólica. A agricultura, por exemplo, quase nada recolhe para a Previdência Social, e a maioria dos produtores rurais sonega impostos ao se enquadrar na Receita Federal como pessoa física e não jurídica.

No bolo da sonegação legal, destaca-se o Sistema S (Senai, Sesc, Sesi, Senac, Senar, SESCOOP e Sest), que mescla seu orçamento com o de inúmeras entidades empresariais, e não prima pela transparência em suas prestações de contas.

Outro pacote de bondades ao empresariado é o FI-FGTS, fundo de investimento abastecido por recursos dos trabalhadores, que aplica quase R\$ 23 bilhões em projetos privados. É gerido pela Caixa Econômica Federal, e a referência de retorno para o fundo é a TR (Taxa Referencial), de cerca de 0,2%, mais 6% ao ano – percentual generoso comparado às taxas de juros cobradas pelos bancos de quem toma dinheiro emprestado.



Neste ano, o total de benefícios tributários, financeiros e creditícios soma R\$ 385 bilhões! (Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). Uma pequena parte desse montante é destinada à desoneração da cesta básica, e descontos e isenções para creches e transporte escolar. A parcela maior, de R\$ 270 bilhões, será embolsada pelo setor empresarial privado. Quem garante que haverá retorno para a economia do país e a sociedade?

Quando se reclamava que o pacote de bondades era exagerado, o governo alegava que o corte de impostos ou a sonegação legal visava a fomentar o desenvolvimento das regiões mais pobres do Brasil. Ora, os dados demonstram que 52% do total de gastos tributários beneficiam, este ano, o Sudeste, a área mais rica do país.

Só o horário eleitoral “gratuito” li-

vra TVs e rádios de pagarem, em impostos, R\$ 562 milhões. O que ninguém nunca me explicou é por que o sistema radiotelevisivo do Brasil, sendo propriedade da União, merece ficar livre de tributação,

já que os concessionários veiculam peças publicitárias regidamente pagas?

No início do governo Dilma, as desonerações ou sonegações legais eram de R\$ 197 bilhões. No fim, R\$ 385 bilhões. Desse total, R\$ 267 bilhões é o que o governo deixou de arrecadar, dos quais 29% consumidos pela área social (educação, saúde, cultura, meio ambiente, cidadania, assistência social, trabalho) e 71% ou R\$ 190 bilhões embolsados pelo setor empresarial (agronegócio, indústria, comércio e serviços).

Enquanto não houver reforma tributária e o imposto passar a ser progressivo (quem ganha mais, paga mais), no Brasil os pobres continuarão a pagar as contas dos ricos.

► **Frei Betto é escritor, autor de “O que a vida me ensinou” (Saraiva), entre outros livros.**

AMEAÇA

PEC altera política de licenciamento ambiental no país

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, no final de abril, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/2012, cujo resultado prático é o fim do licenciamento ambiental no Brasil. De acordo com o texto, a simples apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental, o qual deve ser elaborado pelo próprio empreendedor, será suficiente para tocar qualquer construção. A ementa da PEC, que pode ser consultada no endereço eletrônico do Senado, também garante que a obra não poderá ser suspensa ou cancelada, diante da apresentação do estudo.

Atualmente, as licenças prévia, de instalação e de operação são necessárias para a realização de quaisquer obras e esses pontos, considerados por muitos como entraves, são a garantia para a preservação do meio ambiente, da água subterrânea e do solo. Autor da proposta, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) argumenta que a iniciativa visa garantir que obras públicas não fiquem paradas por causa de ações judiciais.

Gurgacz justifica que as obras inacabadas estão ligadas à questão das autorizações ambientais. “Uma das maiores dificuldades da administração pública brasileira, e, também uma das razões principais para o seu desprestígio, que se revela à sociedade como manifestação pública de ineficiência, consiste nas obras inacabadas ou nas obras ou ações que se iniciam e são a seguir interrompidas mediante decisão judicial de natureza cautelar ou liminar, resultantes, muitas vezes, de ações judiciais prolatórias”, defende.

O presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), Anivaldo Miranda, avalia que a proposta é de grande preocupação para o futuro do desenvolvimento do País. “A sustentabilidade ambiental é imprescindível para qualificar esse próprio desenvolvimento. Crescimento econômico sem regras consistentes de licenciamento ambiental não é desenvolvimento, é crescimento predatório que contraria os interesses estratégicos da Nação brasileira”, considera Miranda.

A apresentação da PEC também mobilizou a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes). A seccional da Bahia da entidade lançou uma nota pública, demonstrando insatisfação e preocupação com a proposta. A entidade considera a iniciativa “um verdadeiro retrocesso”.

Fonte: Ascom/CBHSF

| DIREITOS NA MIRA |

Ascom tenta desconstruir o Sindicato

Embora esteja desempenhando o seu papel, ainda que, na nossa opinião, equivocado, a Assessoria de Comunicação (Ascom) da DESO tenta, de qualquer maneira, através dos meios de comunicação, desconstruir as denúncias que são feitas pelo SINDISAN e que são exaustivamente comprovadas com fotos e relatos de companheiros de trabalho em todo o estado.

Parece fácil demais usar argumentos pouco convincentes para uma assessoria que se restringe a ficar somente no âmbito da Capital, não sabendo o que de fato acontece no dia a dia da Companhia e nem tampouco as necessidades dos seus trabalhadores, e sempre se arvora a dizer que o Sindicato da classe está absolutamente equivocado e que as suas denúncias só contribuem para macular a imagem da DESO, favorecendo uma possível privatização ou algo semelhante.

Afirmar para imprensa (está no Portal Infonet) que tudo está perfeito dentro da Companhia, que existe muita quantidade de EPI's, cursos e mais cursos de segurança etc., não corresponde a verdade. Basta lembrarmos que, dos colegas recém-contratados, pouquíssimos receberam seus fardamentos. Até a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat) a DESO não levou a sério, se limitando apenas a ceder os espaço físico das suas dependências - alegando a tão propalada falta de recursos - para a realização do mesmo.

São fatos como esses que o SINDISAN não pode deixar passar em branco. Estamos cumprindo com o nosso papel. Se as nossas denúncias são vazias, a DESO tem que provar o contrário. Acontecendo isso, até agradeceríamos e nos retrataríamos. Hora nenhuma torcemos pela ruína da Companhia, afinal de contas, somos também seus funcionários e dependentes dela.

Cohidro: nova direção ainda arruma a casa

A direção que tomou posse recentemente na Cohidro ainda está arrumando a casa. Estamos acompanhando as mudanças e aguardando o cumprimento das primeiras promessas do novo diretor-presidente, José Carlos Felizola. Segundo informações, a reforma da sede já começa esta semana. Estamos de olho e vamos cobrar.

Seis ameaças do governo golpista de Temer ao trabalhador brasileiro

Desde que assumiu, o presidente interino Michel Temer (PMDB) coleciona medidas contra o trabalhador. Desde uma polêmica reforma da Previdência, sem negociação com as principais centrais sindicais — CUT e CTB se negaram a dialogar com o presidente ilegítimo — até o desmonte do programa Minha Casa, Minha Vida, as medidas de Temer parecem ter sempre um foco em comum: cortar direitos e benefícios para os mais pobres. Veja algumas dessas medidas:

1. Idade mínima para aposentadoria -

Uma das pautas prioritárias do novo governo golpista é fazer uma reforma na Previdência Social. Entre as propostas em discussão até agora, os principais afetados serão as mulheres e quem começou a trabalhar mais cedo.

Atualmente, é possível se aposentar por tempo de contribuição e idade. Para isso, existe a regra 85/95. Nessa conta, a mulher que tiver 30 anos de contribuição e 55 anos já pode se aposentar sem descontos. O mesmo vale para o homem de 60 anos e 35 anos de contribuição. Caso o aposentado já tenha cumprido os anos de contribuição, mas não tiver atingido a idade mínima, poderá se aposentar, mas com descontos. Na nova regra, tanto homem quanto mulheres se aposentarão pela idade mínima de 65 anos.

2. Fim do reajuste do salário mínimo

Uma das ideias da nova equipe econômica é acabar com a regra do reajuste do salário mínimo (crescimento do PIB + inflação). Isso terá um impacto direto para o trabalhador que recebe o salário mínimo efetivamente, mas também para os aposentados que recebem o piso do benefício — já que o reajuste também baseado nos acréscimos do salário mínimo.

3. Fim dos gastos mínimos em saúde e educação -

Para implementar o teto de gastos públicos, o governo Temer terá de mexer em dispositivos Constitucionais e acabar com os gastos mínimos em saúde e educação. Isso significa precarizar direitos fundamentais e garantidos pela Constituição de 1988. Foi só a partir de 1988, com o surgimento do SUS (Sistema Único de Saúde) que qualquer cidadão pode ter acesso a saúde pública e gratuita. O novo ministro golpista da Saúde, Ricardo Barros, já afirmou que quer reduzir o tamanho do SUS.

4. Desmonte do Minha Casa, Minha Vida -

O novo governo suspendeu a terceira fase do programa Minha Casa, Minha Vida. Por enquanto, o programa está sob "reavaliação", mas alguns cortes já foram anunciados: a suspensão da construção de 25 mil moradias populares pelo MCMV Entidades.

Outro recorte — também focado entre os mais pobres — já está sendo noticiado na imprensa. Segundo reportagem do "O Globo", o novo governo golpista vai retirar subsídios para as famílias de renda R\$ 1.800 a R\$ 3.600 — as mais pobres — de unidades nas outras faixas.

5. Fim da CLT -

Uma das propostas de Temer é a sobreposição do negociado em acordos sindicais sobre o legislado — as leis trabalhistas. A medida já tramita em um projeto de lei na Câmara dos Deputados. Outro projeto quer permitir a redução da jornada de trabalho com diminuição salarial. Pode significar o fim dos direitos garantidos pela CLT, sobretudo em áreas com sindicatos mais frágeis.

6. Pauta anti-trabalhador avança na

Câmara - Outras propostas de emenda à Constituição e projetos de Lei que tramitam na Câmara podem receber fôlego nesse novo governo. Entre elas, está a a PEC 18/2011, do deputado federal Dilceu Sperafico (PR-PR), que abre a possibilidade para o ingresso no mercado de trabalho de jovens a partir dos 14 anos de idade. Já o PL 3842/2012 do deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO) quer flexibilizar o entendimento de trabalho escravo na legislação.



| ADUTORA DO SÃO FRANCISCO |

O cúmulo da irresponsabilidade

Vejam como alguns Diretores da DESO simplesmente estão pouco se lixando para os gravíssimos problemas existentes na Companhia. Peguemos o caso da nossa maior e mais importante adutora, a do São Francisco. Passados mais de um ano do dia em que houve a sua total ruptura (09/05/2016), no ponto localizado na ponte sobre o Rio Sergipe, no Povoado Pedra Branca, no Município de Laranjeiras, pasmem os senhores, a adutora está abandonada mais uma vez.

Apesar de sua extrema importância para a Capital e a Grande Aracaju, a Adutora do São Francisco está operando com somente 80% de sua capacidade e sem acompanhamento 24 horas por dia, quando sabemos que ela está trabalhando de forma improvisada e uma nova ruptura representará o colapso total no fornecimento regular de água.

Deve-se ressaltar que as novas tubulações já chegaram e estão no Almoarifado Central, mas a ponte onde serão instaladas ainda não foi construída pelo Denit e não há prazo para que ela venha a ser construída, um motivo a mais para que se faça a manutenção permanente da atual e provisória.

A DESO alega falta de dinheiro para poder pagar hora extra aos funcionários,

sendo assim, a Direção abandonou de vez a manutenção da adutora. Até o fechamento desta edição, sabemos que já apresenta quatro grandes vazamentos ao longo de sua extensão, causando uma perda absurda de água bruta.

A alegação estapafúrdia de falta de verba jamais deveria ser aplicado neste caso, devido a vital importância desta adutora. Também sabemos que, enquanto na sede da DESO a farra descarada de horas extras fabricadas só aumenta, setores vitais e estratégicos como o de Manutenção de Redes e Adutoras tiveram os seus plantões encerrados a título de contenção de despesas.

Fica difícil para a Direção da DESO explicar o porquê de tantas horas extras para o pessoal administrativo e de tantos serviços extras para justificar essas horas a mais. Simplesmente foi algo mal programado e não cobrado pela chefia. Só existe necessidade de horas extras para os trabalhadores da manutenção corretiva; estas sim são completamente explicáveis. O resto é malandragem dos amigos dos chefes para ganhar sem trabalhar.

O SINDISAN pergunta, até quando isto vai durar? Tudo está ficando de uma maneira tal que logo chegará à uma quebra da empresa. A inversão de valores na DESO beira verdadeiramente ao absurdo.

(((AGENDA)))

Em setembro tem o segundo módulo do curso de formação

Com o sucesso do primeiro módulo do curso "Como Funciona a Sociedade", o Sindicato vai oferecer o segundo módulo no mês de setembro, nos dias 16, 17 e 18.

O curso será realizado na Chácara João XXIII, em Salgado. Os interessados já podem procurar o Sindicato para garantir a sua vaga. O critério para inscrição neste segundo módulo é que o companheiro ou companheira tenha participado do primeiro.

De olho no prazo para ação da hora extra refeição

Comunicamos aos companheiros que o prazo para dar entrada na ação sobre a Hora Extra Refeição se encerra no próximo dia 15 de junho.

Para quem deseja ingressar com esta ação, segue a relação dos documentos (tirar fotocópias) necessários, que devem ser anexados ao Contrato de Honorários e à Procuração, devendo ser encaminhado à Direção do SINDISAN:

- 3 últimos contracheques;
- Comprovante de residência;
- Carteira de Ident. e CPF;
- Escala de revezamento;
- Carteira de Trabalho: frente (parte da foto) e Verso, e Contrato de Trabalho.



■ Cumprindo com o que foi planejado pelo SINDISAN, de fazer um permanente trabalho nas bases, o sindicato realizou um café da manhã com os companheiros do Distrito Norte para discutir as condições de trabalho e o atual momento que vive a DESO, diante da perspectiva de privatização. A receptividade dos companheiros foi muito boa.